

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO DE PERNAMBUCO E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS¹

THE MOVEMENT OF HOMELESS WORKERS OF PERNAMBUCO (BRAZIL) AND THEIR SPATIAL PRACTICES

Otávio Augusto Alves dos SANTOS²

RESUMO

Neste trabalho, procuramos dialogar com a literatura da transformação social e com as teorias dos movimentos sociais, sobretudo aquelas de vertente crítica, no intuito de encontrar nas práticas de certos movimentos sociais o conjunto de elementos necessários à uma transformação efetiva do espaço urbano. Procuramos identificar as diferentes práticas espaciais orquestradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco em sua atuação na Região Metropolitana do Recife. Depois disso, tentamos descobrir como e em que sentido essas práticas são capazes de promover mudanças efetivas no espaço urbano. Ao final, vimos que as práticas espaciais desempenhadas pelo MTST/PE (territorializações, ressignificações do espaço e construção de redes socioespaciais) sempre buscaram, primeiramente, conquistar melhores condições de vida para as famílias sem-teto mediante a construção de sua autonomia. Mas nesse mesmo percurso, essas práticas sempre transcenderam a esfera da reprodução, engendrando uma luta mais radical contra o modo hegemônico de produção do espaço, promovendo um profundo questionamento da propriedade privada capitalista, dos discursos, regras, normas e instituições burguesas.

Palavras-chave: Movimentos Sem-teto; Práticas espaciais; Espaço urbano.

ABSTRACT

In this paper, we talk about change social literature and social movements theories, especially those of critical aspects, aiming to find in the practices of certain social movements the set of elements necessary to an effective transformation of urban space. We aimed to identify the different "spatial practices" (taking for granted the idea that all social action has its repercussion on production and organization of space) orchestrated by the Movement of Homeless Workers of Pernambuco (MTST/PE) in its actuation in the Metropolitan Region of Recife. After that, we tried to discover how and in what way these practices are able to promote effective change in urban space. At the end, we found that the spatial practices performed by MTST/PE (territorializations, reinterpretation of space and construction of socio-spatial networks) have always sought, first, achieve better living conditions for homeless families by building their autonomy. But in that same route, these practices always transcended the reproduction sphere, engendering a more radical fight against the hegemonic mode of space production.

Keywords: Movement of Homeless; Spatial practices; Urban space.

¹ Esse artigo é uma síntese de capítulos da dissertação de mestrado do autor, intitulada "Em Busca de Territórios Autônomos: as práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto na Região Metropolitana do Recife", defendida em fevereiro de 2013.

² Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. E-mail: otavioaas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Antes de qualquer coisa é preciso dizer que o tema dos movimentos sociais sempre se constituiu em um campo de estudo predominantemente desenvolvido e aprofundado pela Sociologia. Só há pouco mais de vinte anos é que a Geografia vem se deparando com o tema, tentando construir uma abordagem própria, embora recorrendo aos avanços teóricos construídos na Sociologia. Como dito em Santos (2012a) recentemente tem havido um novo despertar do interesse em discutir a ação dos grupos sociais urbanos organizados no âmbito da Geografia, mas isso ainda tem sido feito sob forte viés sociológico. Não por acaso, na Sociologia o tema dos movimentos sociais é recorrente e transversal, sendo objeto das mais variadas interpretações³.

Na verdade, é impossível discorrer sobre os movimentos sociais sem travar um permanente diálogo com a Sociologia. Mesmo aqui, em um trabalho de Geografia, somos constantemente levados a estabelecer vínculos teóricos e metodológicos com essa disciplina. É por isso que o debate realizado no trabalho em tela se dará, em grande parte, no âmbito da literatura sobre a transformação social e das vertentes da Sociologia ocupadas em teorizar a ação dos grupos sociais oprimidos.

Por outro lado, nossa formação em Geografia nos induz a perceber que toda prática social está embebida de um componente espacial, de forma que é impossível entender alguns grupos sociais sem compreender o seu espaço. Como diria Porto-Gonçalves (2006), há uma série de sujeitos sociais no mundo contemporâneo cuja compreensão de sua natureza sociológica e de suas ações individuais e coletivas obriga-nos a considerar o seu espaço de vida.

É por isso que nosso objetivo tem sido descobrir a geografia das práticas de certos grupos sociais, tentando entender em que sentido elas podem desencadear a construção de um outro espaço, onde a cidadania e a justiça tenham primazia sobre os interesses de mercado. No presente trabalho, especificamente, buscaremos identificar as diferentes “práticas espaciais”⁴ orquestradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco (MTST/PE) em sua atuação na Região Metropolitana do Recife (RMR), para a partir de então tentar descobrir como

³ Cabe registrar que, quanto ao estudo dos movimentos sociais urbanos, as principais abordagens na Sociologia partiram, primeiramente, de uma perspectiva marxista, levada a termo por autores como Castells (2009 [1972]), Borja (1975), Lojkin (1997) e o Touraine (1989) das décadas de 1960/70, para abordagens cada vez mais culturalistas ou “pós-materialistas”, como aquelas defendidas por Melucci (2001), Laclau (1997), e o Touraine (1994, 1998) pós 1980.

⁴ Por práticas espaciais entendemos o conjunto de ações que tem por resultado certa configuração espacial, ou como apregoa Souza (2010, p. 13), são “práticas sociais densas de espacialidade”.

e em que sentido elas podem se articular a estratégias mais abrangentes e transversais que visam a transformação contínua do espaço urbano.

No primeiro momento procuraremos sumariar nosso percurso de estudos, enfatizando a produção intelectual no âmbito da Geografia brasileira para depois delinear nosso ponto de vista. Na segunda parte, realizaremos uma contextualização da realidade do nosso objeto de pesquisa através de uma incursão sobre a condição urbana metropolitana do Recife, da qual enfatizaremos seus conflitos socioespaciais. Já a terceira e última parte se reservará a apresentação dos resultados da pesquisa e sua discussão. Apresentaremos quais são, afinal, as práticas espaciais desempenhadas pelo MTST/PE e de que forma elas contribuem para a transformação da realidade urbana.

1. TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM AO DESVELAMENTO DA REALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Em resumo, o que marca a produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos no âmbito da Sociologia é um extenso processo de transformação das abordagens que passaram de uma perspectiva materialista para uma pós-materialista, durante as décadas de 1960 e 1970. Essa transformação é caracterizada pela crítica sociológica aos pressupostos marxistas que atrelavam a ideia de movimento social ao de luta de classes. De maneira diferente, a partir da década de 1960, foram surgindo propostas teóricas mais culturalistas e relativistas, preocupadas em reconhecer a diversidade dos sujeitos existentes na sociedade. Assim, uma enorme gama de perspectivas filosóficas e, também, um certo pluralismo teórico-metodológico é o que passou a caracterizar os estudos sobre os movimentos sociais depois dos anos 1970. Mas, grosso modo, eles constituíram um único e extenso processo de contestação do marxismo e, no limite, do próprio pensamento moderno. Como afirma GALVÃO (2012, p. 232):

[...] as perspectivas teóricas que se constituíram e que se tornaram dominantes no campo [dos movimentos sociais], sobretudo nos anos 1980, foram forjadas em oposição ao marxismo, buscando negar a relevância da dimensão de classe e a centralidade da luta de classes [...] De modo geral, para essas perspectivas, a mobilização se produz a partir de fatores sociais e exprime objetivos culturais, pós-materiais (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados (acréscimo nosso).

Acreditamos, porém, que quando nos dedicamos a desvelar a realidade de qualquer movimento social é urgente retomarmos uma perspectiva materialista, pois, conforme Galvão (2008, p. 15), “nenhum movimento social é fruto de uma oportunidade política desconectada da

base econômica, [e nenhum tipo de] ação política [...] está [totalmente] desvinculada de interesses materiais” (acréscimos nossos), pois é preciso reconhecer que

a existência de movimentos policlassistas [e apartidários] não significa que a dominação e a exploração de classes deixaram de ser importantes. [E] admitir que os movimentos sociais não surgem apenas da luta de classes, não é o mesmo que afirmar que estas foram eliminadas. (GALVÃO, 2008) (acréscimos nossos).

Além disso, embora o mundo tenha assistido substanciais mudanças políticas e econômicas desde a metade do século XX⁵, o capitalismo ainda mantém sua estrutura e dinâmica, fazendo com que se perpetue a centralidade da oposição capital/trabalho no entendimento das sociedades contemporâneas. A luta de classe é algo transversal, presente mesmo onde não se admita mais sua existência.

No que diz respeito a produção intelectual no âmbito da Geografia, trabalhos sobre movimentos sociais urbanos a partir da perspectiva marxista só surgiram na década de 1960. Na verdade, como dito, o tema nunca foi muito estudado nessa disciplina e o pouco que havia sido produzido até bem pouco tempo não fazia referência explícita aos movimentos sociais. Essa ausência de estudos se deve, como afirma Bitoun (1993) e corrobora Santos (2012a), ao fato de que os movimentos sociais sempre foram um fenômeno caro a definições simplistas, conseqüentemente sempre foi difícil também identificar o componente espacial de suas ações. Como aponta Souza (2006), os estudos sobre os movimentos sociais na Geografia sempre versaram muito mais sobre as desigualdades estruturais ao espaço urbano (ou agrário) do que sobre as práticas espaciais dos movimentos sociais (SOUZA, 2008).

Por outro lado, geógrafos agrários como Bernardo Mançano Fernandes (1999) desenvolveram importantes contribuições para pensarmos, por exemplo, as diferentes práticas dos *movimentos socioespaciais* ou *movimentos socioterritoriais* (ver distinção em FERNANDES, 1999 ou PEDON, 2009). Trabalhos como os de Porto-Gonçalves (2006, 2010) são importantes também porque trazem alguns elementos teóricos para entendermos os ativismos sociais latino-

⁵ HARVEY (2006, 2009) afirma que o mundo contemporâneo tem por características: a etapa globalizada do processo de mundialização da economia capitalista; a consolidação de um regime de acumulação flexível (e não mais o rígido fordista, seja em sua vertente liberal, ou em sua vertente keynesiana); uma nova divisão internacional do trabalho e a crescente desregulamentação das relações de trabalho; a total aniquilação do espaço pelo tempo por meio dos ajustes espaciais decorrentes da própria geografia da acumulação capitalista; a vitória dos projetos das grandes corporações supranacionais sobre os territórios (e a mudança do papel do Estado, de interventor para facilitador e salvador do mercado); a revolução da informação e a criação do ciberespaço; a desregulamentação financeira dos mercados; a inserção radical das diferentes manifestações artísticas (artes plásticas, música, arquitetura, literatura) no mercado da cultura, e a conseqüente transformação dessas manifestações em práticas do *establishment*. Mesmo em face de tantas mudanças, conclui o autor, o capitalismo mantém sua estrutura. Tais características correspondem a novas nuances da mesma estrutura social, política e econômica que deu suporte a expansão do capitalismo, desde seu surgimento.

americanos. No que concerne aos estudos dos movimentos sociais urbanos, alguns trabalhos merecem destaque: o de Nicholls (2007, 2008), por exemplo, traz-nos importantes considerações sobre o papel do espaço da cidade para os ativismos urbanos; No Brasil, os trabalhos de Ribeiro (1982, 2008, entre outros), Rodrigues (1992, entre outros), Bitoun (1993) e Castilho (2002, 2010) são também importantes, pois primam por reflexões metodológicas sobre a ação geográfica dos grupos sociais urbanos, enfatizando dimensões como território e lugar.

Mas o maior destaque deve ser dado, sem sombra de dúvidas, aos esforços elucidativos e teórico-metodológicos de Souza (2004, 2006, 2008, 2009b, 2009c, 2010a, 2011), no que diz respeito aos estudos dos ativismos urbanos e, mais recentemente, dos movimentos sem-teto do Rio de Janeiro. Esse autor, por sua vez, tem procurado estudar os movimentos sociais urbanos a partir de uma perspectiva mais interessada em identificar as práticas espaciais específicas de certos grupos sociais urbanos, desvencilhando-se de uma abordagem marxista e aproximando-se mais de uma abordagem preocupada com as estratégias discursivas e com as transformações simbólicas imanente a inúmeras práticas espaciais, dando destaque a valores libertários como a autonomia individual e coletiva.

Como já delineado em Santos (2012a), nosso ponto de vista busca refletir a respeito das práticas espaciais empenhadas pelos movimentos sociais urbanos, mas tentando retomar as lições da abordagem marxista, a despeito de suas eventuais limitações, enfatizando conceitos como o de totalidade e de luta de classes. Acreditamos que, mesmo operando com insatisfações que extrapolam a relação capital x trabalho, a grande maioria dos ativismos sociais contemporâneos reclamam por mudanças no modo de produção hegemônico, ainda que indiretamente, uma vez que o robustecimento das relações de produção capitalista está na base não apenas do aumento da desigualdade material entre os homens, mas também do acirramento de processos de dominação ideológica, sexismo, etnocentrismo, promiscuidade política etc. Assim, mesmo que não se admita, todo movimento social tende a ser movimento de classe, também por que quase sempre se opõe a um grupo social hegemônico, vislumbrando, de sua forma específica, a derrocada de uma estrutura social opressora e a construção de uma outra sociedade, mais justa e igualitária.

Ademais, em nosso ponto de vista, não nos limitamos em identificar as práticas espaciais de alguns grupos sociais urbanos, pois analisar apenas o que há de específico na realidade de um movimento não basta para compreender sua realidade concreta. De outra forma, em um esforço de totalização, procuramos partir da identificação de suas práticas para, a partir de então, analisar em que sentido elas se empenham ou contribuem para a transformação efetiva da totalidade do espaço urbano.

É mediante esse viés dialético, portanto, que procuramos identificar as práticas do MTST/PE. Concretamente isso foi feito por meio de técnicas investigativas observacionais, mas também a partir da construção e posterior aplicação de alguns questionários e entrevistas. A análise dessas práticas se deu com base em um exame qualitativo (via análise do discurso crítica) a partir dos dados obtidos nas entrevistas e nos incessantes levantamentos de informações acerca da realidade do objeto, todos realizados entre os anos 2009 e 2012.

2. A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, SEUS CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO

Surgida a partir de uma pequena vila de ribeirinhos e pescadores que habitavam as proximidades de um porto natural, Recife se desenvolveu em planície flúvio-marinha próxima, por entre rios e riachos e manguezais. A ocupação humana neste ambiente se deu pela conquista das terras firmes e de fácil arruamento pelas classes sociais mais abastadas, empurrando as populações mais pobres para os alagadiços e as encostas dos morros (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985; SANTOS, 2012b).

A atividade açucareira produziu uma forte concentração de terras. Mas em função do Código Civil de 1917, houve um intenso processo de microparcelamento dessas propriedades. Difundiu-se, assim, os loteamentos que frequentemente se realizavam mediante aterros sobre sítios alagados. As classes mais pobres que habitavam esses terrenos mais úmidos foram sendo arbitrariamente expulsas de seus locais de moradia (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985).

As áreas alagadiças que desde 1831 haviam sido incorporadas a União enquanto “terrenos de marinha” também foram sendo conquistadas por essas classes mais abastadas mediante o pedido de *aforamento*. Mesmo não sendo as reais proprietárias dos terrenos, essas classes passaram a cobrar o “aluguel de chão”, muitas vezes no intuito de justificar os despejos das famílias inadimplentes. Esse processo de expulsão, então, gerou um dos primeiros conflitos de direito de propriedade sobre o solo da cidade, sendo o desencadeador dos primeiros processos de contestação e luta social pelo direito de permanecer no local de moradia (*Ibidem*).

A primeira resposta do poder público a esses conflitos foi no sentido de atender, em grande medida, aos interesses dos proprietários. Tratava-se da *Liga Social Contra os Mocambos*⁶,

⁶ Entidade onde participavam algumas secretarias do governo, industriais e alguns setores da Igreja católica. Seus objetivos eram destruir sistematicamente os mocambos incentivando a construção de vilas populares com o financiamento de institutos de pensão e aposentadoria.

principal política de higienização urbana e produção de moradia no Recife durante o Estado Novo, introduzida pelo então interventor Agamenon Magalhães (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985; SANTOS, 2012b). Com a expulsão compulsória, boa parte dessa população pobre se transferiu para as áreas de morros, sobretudo nas redondezas de onde hoje se situa o bairro de Casa Amarela (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985).

Como explicamos em Santos (2012b), a explosão da população urbana da metade do século XX, em face da constituição do “urbano” no interior da cidade do Recife, trouxe consigo um forte processo de crescimento do tecido da cidade do Recife, bem como dos municípios circunvizinhos, acarretando naquilo que chamamos de metropolização. É dessa época também uma grande parte da população pobre urbana passou a se organizar enquanto classe, promovendo ocupações por toda a região metropolitana. Mas dessa vez as ocupações se realizavam de maneira mais organizada, adquirindo um maior cunho político. A coexistência das ocupações com os lotes urbanizados formalmente no âmbito do processo de crescimento e metropolização da cidade fez surgir de maneira mais nítida, como afirmou Falcão Neto & Souza (1985), os conflitos de direito de propriedade, especificidade do espaço urbano recifense e que suscitava o questionamento das legislações vigentes, no que diz respeito a posse e ao uso do solo urbano.

Tratava-se, contudo, de conflitos territoriais pela apropriação e uso do espaço da cidade. Os indivíduos protagonistas dessas ocupações territorializavam certos espaços como forma de afirmar sua presença na cidade, a revelia da ordem espacial burguesa que, com o generoso apoio da lei e do Estado, concretizavam apenas os interesses dos proprietários.

O interessante é notar que, em vez de atenuar, tal situação apenas se intensificou nos últimos anos. Os conflitos pela posse da terra se tornaram, no decurso dos anos 2000, ainda mais acirrados, sendo esse um dos motivos que tem levado ao crescimento do número de ocupações na RMR, conforme demonstra pesquisa recente realizada pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais (OBSERVATÓRIO/PE, 2012) (Figura 01).

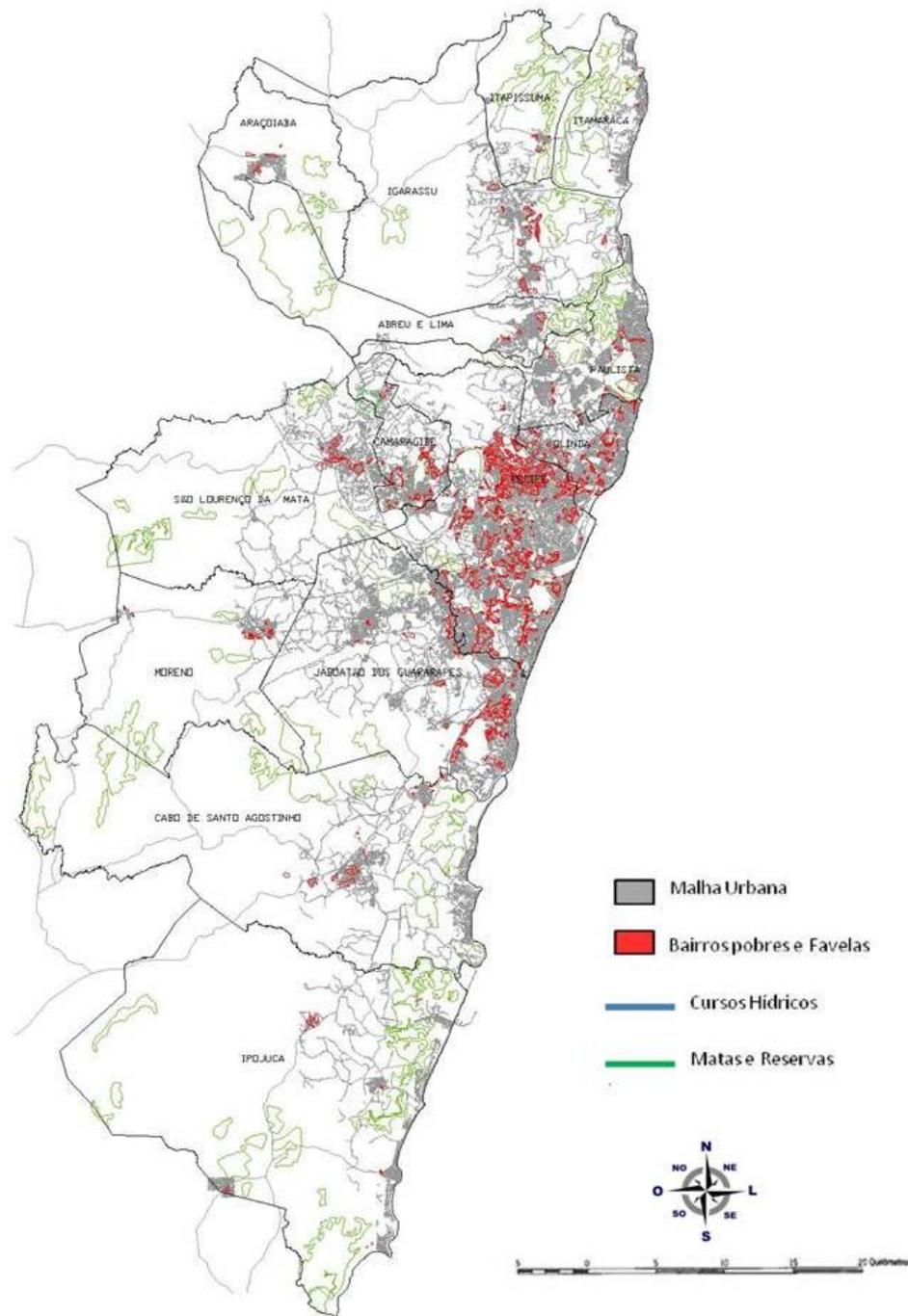


Figura 01: **Áreas Pobres e Favelas da Região Metropolitana do Recife**
Fonte: Observatório/PE, 2012; Elaboração: Sofia Mahmood & Otávio Santos, 2013

Mas o que também se tem percebido com esse e muitos outros estudos recentes (SANTOS 2012a, 2013 e MOREIRA, 2012) é que o crescimento do número dessas ocupações tem se dado a partir de estratégias de ações políticas e movimentos sociais urbanos diferentes daqueles existentes até o final da década de 1980. A estratégia utilizada passou a ser a ocupação coordenada em diversos lugares da cidade, não se circunscrevendo mais a um bairro ou uma

favela, mas a terrenos que não estavam cumprindo sua função social. O modelo de organização coletiva, conseqüentemente, passou a ser mais hierarquizado, com indivíduos exercendo funções definidas no âmbito da atuação do movimento. Cada movimento passou a se articular em redes intra e interescolares, bem como passaram a ocupar posições de destaque em Fóruns populares e Conselhos gestores, espalhando-se para além da ação coletiva direta, em direção à uma relação mais efetiva com o Estado e com a própria sociedade. Seguindo essa tendência, os movimentos se burocratizaram e passaram a existir em termos ideais, pois se transformaram, na verdade, em grandes organizações, muitas das quais lideradas por agentes externos.

O MTST/PE, por exemplo, surgiu com esse aspecto, tendo com propósito promover ocupações sob o fito de conquistar moradias para as famílias mais pobres. Sua luta, entretanto, sempre se realizou mediante discursos e práticas mais abrangentes, onde outras questões referentes a cidade se somaram às discussões sobre o acesso à terra e à moradia, fazendo do movimento uma grande organização de trabalhadores pobres urbanos, desejantes de uma cidade com maior justiça socioespacial, democrática e sustentável.

Como já descrevemos em Santos (2012a), o MTST/PE surgiu a partir de choques de interesses e objetivos entre lideranças pertencentes a diversos partidos e movimentos sociais que atuavam na ocupação do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no centro do Recife, em 1999. Tal ocupação, por sua vez, congregava uma infinidade de movimentos sociais e entidades civis que se opunham quanto aos objetivos e ao significado da ocupação. Um grupo, entretanto, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e ao Partido dos Trabalhadores (PT) passou a construir uma enorme base de debates que, após um encontro realizado na fazenda Normandia, em Caruaru/PE, em Fevereiro de 2000, erigiram a bandeira e os princípios do MTST Pernambuco.

3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS

Desde a primeira ocupação excepcionalmente coordenada pelo MTST em Recife - a que se iniciou em um terreno da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no bairro da Torre, em 28 de Janeiro de 2000 - até sua consolidação enquanto importante agente produtor do espaço urbano, o MTST/PE cresceu em importância e níveis de articulação, tornando-se o mais proeminente movimento sem-teto em atuação na RMR.

A partir dos inúmeros questionários e entrevistas aplicados aos moradores das ocupações do MTST/PE, também a partir de informações obtidas no âmbito da pesquisa sobre expansão dos espaços de pobreza da RMR (OBSERVATÓRIO PE, 2012) e das diversas conversas

SANTOS, O. A. A. *O movimento dos trabalhadores sem-teto de Pernambuco e suas práticas espaciais*. informais realizadas, conforme o plano metodológico e atentos à perspectiva sumariamente delineada nas notas introdutórias e no primeiro capítulo, chegamos à uma série de resultados que envolvem as práticas espaciais do MTST/PE e a necessária reflexão entorno de sua capacidade de transformação. Para ser direto, definimos, então, que são três os tipos de práticas espaciais empenhadas pelo referido movimento: *as territorializações (que englobam as ocupações, as passeatas e os protestos), as ressignificações dos espaços e a construção de redes espaciais*. A partir do estudo de cada uma delas, verificaremos em que sentido o MTST/PE contribui para a transformação do espaço urbano.

As ocupações

As ocupações são as principais e mais elementares práticas espaciais realizadas pelo MTST/PE em sua própria atuação. Grosso modo, tratam-se de ações coordenadas que visam se apropriar de terrenos baldios e edificações abandonadas para a partir dali desencadear um processo de resistência e luta pela conquista da moradia e da autonomia das famílias sem-teto (Figura 02).



Figura 02: Entrada da segunda Ocupação Campo Grande, mais conhecida como “Favela de Plástico”
Foto: Otávio Santos, 2013

O MTST/PE já realizou, em sua trajetória no Estado de Pernambuco, mais de 48 ocupações, muitas das quais ainda hoje vigentes e politicamente atuantes. Em geral, quase todas elas surgiram de um conjunto de ações muito bem arquitetado entre as lideranças e as famílias, como se pode conferir na fala que segue:

Nas ocupações, a gente fazemos um levantamento do terreno, né?! E convidamos as famílias, vamos de porta em porta e explicamos para as famílias qual é o objetivo do movimento, qual é o trabalho que o movimento faz pra conquistar a moradia. E a gente fazemos reuniões. Nós temos de oito à dez reuniões. E depois dessas dez reuniões, a gente ocupamos o terreno ou prédio, dependendo do que seja (Entrevista realizada com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

Não há um único sujeito nos processos de territorialização do MTST/PE, pois todos formam um único corpo coletivo que, em meio a relações de poder, apropriam-se de alguns recortes do espaço urbano. Mas as lideranças exercem um papel mais importante neste sentido, pois é por meio de sua atuação que o processo de ocupação ultrapassa seu objetivo imediato. Devido ao alto grau de precarização, as famílias estão sempre mais interessadas nos ganhos materiais de curto prazo, como a posse da terra ou da moradia. De maneira diferente, a ação das lideranças sempre se direcionam à superação desse sentido imediato da ocupação, consolidando seu caráter mais político e transformador, o de construção da autonomia das famílias pobres. Isso está muito claro na seguinte fala:

(Quando interpelado sobre o papel do movimento para as famílias...)

Acho que é a reflexão né?! A reflexão política da ausência de um projeto habitacional. Eu acho que a gente traz uma luz lá no fim do túnel para a elevação da autoestima, porque as famílias com que o MTST trabalha... são famílias que os partidos políticos não querem, as igrejas não querem, porque só dão trabalho, pois são pessoas que tem as vezes sua identidade perdida, sua autoestima lá em baixo e que a sociedade rejeita. Então, nós temos uma responsabilidade danada de trabalhar esses itens com essas famílias. Isso é muito trabalhoso. Não é fácil! Então o MTST consegue, com esta bandeira, fazer com que as famílias olhem nelas a luz que está no fim do túnel. E através dessa bandeira, ressuscitar nela a autoestima, o sonho, o desejo de conseguir essa moradia. A vontade de se conseguir esse direito. Evidentemente que a gente incuti na cabeça das pessoas, no debate político, de que agente não quer apenas a moradia, agente quer a moradia, a gente quer a diversão, a gente quer o lazer, a gente quer a comida boa, o trabalho [...] (Entrevista realizada com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador da União Nacional por Moradia Popular em 29/01/2013, em Recife) (destaques nossos).

Portanto, embora uma ocupação signifique, a priori, uma ação que visa simplesmente obter ganhos materiais, como uma moradia, trata-se também de uma prática política, fundamentada em relações de poder, direcionada pelos coordenadores, e que visa estabelecer um novo modelo de organização social e política que, muitas vezes, consegue fazer frente ao modelo capitalista, até porque geralmente se sobrepõem ao regime hegemônico de propriedade, instaurando outros tipos de direito de propriedade.

Passeatas e protestos

Outra importante prática espacial desempenhada pelo MTST/PE são as passeatas e protestos que vez ou outra atraem a atenção da opinião pública. As passeatas são caminhadas coletivas coordenadas que ocorrem pelos espaços públicos no intuito de chamar a atenção da sociedade para a bandeira e para os princípios que fundamentam o movimento, bem como para os problemas que o movimento procura combater. Já os protestos podem ser caminhadas ou a simples aglomeração de pessoas em espaços públicos, onde se entoam palavras de ordem que visam se opor a alguma situação socioeconômica e política desfavorável.

Embora as duas práticas se confundam, muitas vezes adquirindo o mesmo significado, as passeatas geralmente são mais “pacíficas” e possuem uma certa periodicidade. Os protestos ocorrem apenas diante de um contexto socioeconômico desfavorável e costumam ser mais contundentes. O que ambas possuem em comum é o fato de se tratarem de territorializações fluidas, apropriações do espaço urbano que se fazem, desfazem e refazem continuamente durante um dado período de tempo (Figura 03).



Figura 03: Passeata realizada pelo MTST em 14/03/2011, no centro do Recife/PE

Fotografia: Mariana Ferraz, publicada no portal JOnline.com no dia 14/03/2011; Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2011/03/14/secretaria-de-articulacao-social-da-novo-prazo-para-mtst-desocupar-predio-do-ibge-261113.php>; Acesso em: 18/10/2013

Em uma passeata ou em um protesto, os sem-teto apropriam-se de certos espaços, desterritorializam e reterritorializam esses espaços de maneira dinâmica. Esse território fluido e muitas vezes caminhante se fundamenta, como toda prática territorial, em relações de poder. O espaço ocupado por uma passeata ou por um protesto se estabelece a partir de um conflito em relação ao resto da cidade, conflito esse que envolve o papel dos espaços públicos e a necessidade de manifestar o descontentamento frente aos desmandos do poder econômico e do

SANTOS, O. A. A. *O movimento dos trabalhadores sem-teto de Pernambuco e suas práticas espaciais*. político. Esse tipo de territorialização, conseqüentemente, envolve também questões imateriais, pois na medida em que realça o caráter político dos espaços públicos, tal prática também promove sua ressignificação frente ao sentido atribuído pelo modelo capitalista de produção do espaço.

Os territórios familiares no interior das ocupações

Outro tipo de territorialização realizada pelo MTST/PE e pelos sem-teto em geral são as territorialidades individuais ou familiares. Em seu dia-dia, os sem-teto estabelecem relações de autonomia ou dependência com o resto da cidade e com os demais integrantes do território da ocupação, formando seus territórios individuais. Assim, cada ocupação se dispõe em um acordo mútuo entre os sem-teto e a cúpula maior do movimento, sendo que cada ocupante possui seu próprio espaço, o barraco (quando se trata de ocupações de terrenos urbanos) ou cômodo (quando o espaço ocupado é um edifício). Esse território familiar no interior da ocupação é onde eles executam suas atividades mais íntimas e onde as regras e normas de convivência são determinadas no âmbito familiar. Fora desses espaços, as regras e normas de coabitação são definidas pelo conjunto da ocupação e do movimento. As ocupações se constituem, conseqüentemente, em um arranjo de territórios familiares que se estabelecem em uma relação de dependência entre si e de autonomia frente ao espaço urbano (Figura 04).



Figura 04: Demarcação do espaço para residências no momento de uma ocupação

Foto: Otávio Santos, 2010

Nitidamente delimitados, os territórios individuais fazem limite com os espaços coletivos que são, em sua maioria, de usufruto de todos para os momentos de reunião ou mesmo para atividades educativas e lúdicas, como se pode ver na fala que segue:

(A respeito da existência de espaços para convívio coletivo nas ocupações...)

Temos né! Temos os espaços que ele é coberto. No caso assim, você chega como um voluntário, você chega e diz: Olha Cláudia, nós estamos aqui com dois caldeirões de sopa, temos pão, queremos distribuir, não de porta em porta. E a gente temos aqui local, chega voluntário pra querer dar aula, porque tem muita gente dentro que é analfabeto. E a gente temos a área coberta, sempre a gente deixamos o espaço, não tão grande, mas temos pra fazer nossas reuniões, dar aulas, tem aula de bordado, aula de crochê. Então, sempre a gente temos que ocupar as nossas famílias, nesse convívio assim, no local, né?! Em junho agora eu estava no Cabo e a gente fizemos lá o dia dos namorados, né?! Porque é raro você ver comemorar no local se não for você e seu namorado ou você e sua namorada, né?! E a gente fizemos o dia dos namorados né, e foi muito gostoso naquela areazinha assim fechado. Tivemos político lá, porque era eleição. Tivemos político, tivemos ajuda. Mas nós sempre temos. A única ocupação que a gente não temos e se você chegar lá agora e for procurar é a ocupação de Campo Grande, porque como são três movimentos, o espaço ficou pequeno, né?! (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife) (grifos nossos).

Ressignificações dos espaços

Depois das territorializações, a resignificação do espaço é a mais importante prática desempenhada pelo MTST/PE em sua atuação na RMR. Trata-se, em outras palavras, do processo através do qual os sem-teto conseguem atribuir novos significados, novos valores e novos usos a certos espaços da cidade.

Tal prática ocorre, muitas vezes, como justificativa para a prática da ocupação. Era comum, no início da atuação do movimento, seus integrantes justificarem as ocupações sob o argumento de que por meio daquilo se estaria pondo fim a lugares que antes só serviam para a prostituição e para o tráfico de drogas. Na verdade, as ocupações sempre se justificaram mediante esse processo de resignificação, onde os sem-teto exerciam o papel de civilizadores dos territórios ingovernáveis da cidade, substituindo os terréis incultos por eventuais bairros populares. Entretanto, nunca foi essa a imagem que os meios de comunicação de massa passaram para o conjunto da sociedade. De maneira diferente, as ocupações sempre foram tidas como atos de vandalismo e os sem-teto como invasores da propriedade alheia.

Construção de redes socioespaciais

As ocupações e o próprio movimento não atuam sozinhos, ou de maneira isolada. Eles tecem frequentemente uma vasta rede de cooperação entre as próprias ocupações, o movimento e muito outros coletivos organizados situados na mesma ou em outras escalas. Essa rede de cooperação, que chamamos aqui de redes socioespaciais, efetiva-se com vistas a aumentar a

eficácia das práticas do movimento, bem como as possibilidades de conquista das moradias para as famílias.

Há, assim, um primeiro nível dessas redes, que é aquele estabelecido entre as ocupações. Nenhuma ocupação está isolada, pois cada uma sempre mantém uma relação de ajuda mútua com as outras, envolvendo, sobretudo, um trabalho educativo para as lideranças locais, conforme a fala abaixo:

Nós temos a coordenação estadual que trabalha pra fazer o levantamento das famílias né, isso nós já temos o terreno né. E temos também a coordenação local, que trabalha diariamente, vinte e quatro horas no ar. E a gente exige que nosso coordenador more dentro da ocupação, pra estar por dentro de todo o trabalho, dentro da ocupação. Por que eu vivo na minha casa né, eu como coordenadora estadual, eu vou lá e passo lá dois a três meses, ajudo o coordenador local, quando eu vejo que está adequado pra trabalhar com aquelas famílias, eu saí, volto pra minha casa e vou pra outra ocupação. Então, que nem mesmo na ocupação de Campo Grande, nós temos Cristiane e o esposo dela que trabalha com nosso movimento lá, né?! Passei lá três meses e quinze dias trabalhando com ela, dizendo à ela como poderia ser o processo, tudinho, como trabalhar todinho, como trabalhar com as famílias. Não querer se envolver demais, porque tem gente que acha que ser coordenador é ser uma autoridade né, e não é isso, ser coordenador é ser parceiro, é ser amigo, é ser companheiro da família e dividir os problemas, tanto pessoal como problemas de toda maneira. E eu passei três meses lá, e quando eu saí de lá, eu fui pro Cabo, porque a gente tinha feito uma ocupação no Cabo recente, vai fazer um ano, e eu passei no Cabo, dois meses lá no Cabo, trabalhei com Claudivânio e com a Ana e depois eu saí de lá e estou indo pra Petrolina (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

Outro nível desse permanente processo de construção de redes socioespaciais se dá entre as ocupações e o movimento. Os encontros bianuais, assim como os projetos educativos do movimento são sempre construídos com vistas a solidificar a coesão de todo o movimento, bem como propiciar um ambiente de permanente formação e amadurecimento político das lideranças, das famílias e de toda a rede socioespacial.

(Sobre os encontros estaduais...)

As nossas reuniões são pra fazer, primeiro, uma avaliação pra saber como é que foi todas as nossas atividades, nossos atos, né?! É mais pra isso, e avaliar, né?! Olhar um para o outro, olhar para a nossas ocupações, olhar para os empreendimentos, dizer: "avançamos onde? Erramos onde? Vamos começar de novo ou vamos dar continuidade?". Então é nos avaliar! Depois é para montar nossos próximos passos. Nos organizar para daqui a dois anos, como é que a gente vai agir? Então é montar o nosso cronograma realmente de atividades, de cursos, de palestras. E, por fim, é a nossa eleição de coordenação estadual, né?! A gente elege a cada dois anos a nova coordenação estadual. E dentro desse momento, dessa avaliação, desse planejamento e da eleição, a gente trabalha com políticos, a gente trabalha com a questão de gênero etc. A gente tenta fazer desse encontro estadual um encontro de formação, até porque são pessoas novas que estão entrando no movimento [...] A gente faz também uma análise de conjuntura, para ficar sabendo como é que está a política do Brasil. Nosso encontro é realmente para a gente se avaliar, nos formar, nos preparar para o

futuro e a nossa eleição de coordenação (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

Ainda há um outro nível dessas redes que é aquele estabelecido entre o movimento, as ONGs e as demais entidades apoiadoras do movimento. Há uma série de organizações ligadas à luta pelo direito à cidade e ao Fórum de Reforma Urbana que prestam um serviço de assessoria ao MTST/PE, seja no trabalho técnico relativo ao desenvolvimento de projetos habitacionais ou no que diz respeito ao trabalho de formação.

Neste sentido, vale destacar o papel de ONGs como a “Habitat para Humanidade” que presta assessoria técnica em projetos habitacionais alternativos e tem auxiliado o movimento na construção do conjunto habitacional no município de Paulista. De maneira diferente, ONGs como a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), assim como o instituto de pesquisa Observatório/PE, ligado à rede Observatório das Metrôpoles, procuram prestar um serviço educativo de formação para que as lideranças possam realizar uma participação mais efetiva nos inúmeros espaços institucionais existentes (Figura 05).

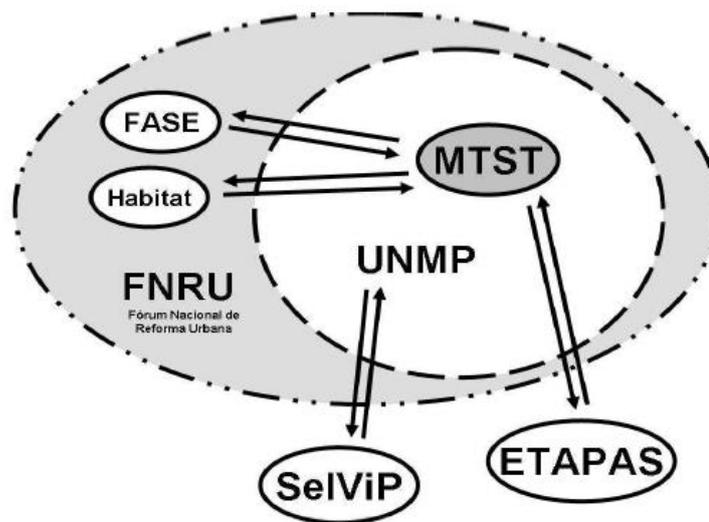


Figura 05: Esquema com as atuais articulações políticas/técnicas do MTST/PE

Elaboração: Otávio Santos, 2010

Por fim, há uma série de outros vínculos pontuais estabelecidos que não chegam a constituir uma rede, mas que são também importantes porque auxiliam o movimento em sua atuação. A relação com certos setores do Estado é um exemplo neste sentido.

Onde reside a transformação na luta do MTST/PE?

Mas em que sentido as práticas espaciais desempenhadas pelo MTST/PE são transformadoras? Não é uma pergunta fácil de ser respondida. Começamos pelas práticas da territorialização, tanto as ocupações como as passeatas e os protestos. Em que sentido elas são transformadoras? A resposta não vem de imediato, mas se empenharmos uma reflexão sobre seu significado frente ao modelo capitalista de produção do espaço urbano, rapidamente nos surgem algumas constatações.

A primeira delas diz respeito ao fato de que as territorializações, especificamente a ocupação, possui a capacidade de fazer frente ao regime de propriedade privada burguesa, uma vez que sempre envolve a apropriação de terrenos baldios e edificações abandonadas, a revelia do estatuto de posse formal. Isso significa dizer que a principal prática espacial desempenhada pelos sem-teto realiza um combate explícito contra o direito e o regime burgueses e, conseqüentemente, ao modo de produção capitalista, inaugurando um novo direito de propriedade onde as necessidades populares possuem primazia. Isso está implícito em todos os discursos dos sem-teto e mostra o caráter de classe de sua atuação:

(A respeito dos critérios utilizados para escolha dos terrenos a serem ocupados...)

O critério hoje é que o terreno seja público, porque no terreno público, a probabilidade de você conseguir é maior, porque está incutido no subconsciente da sociedade, digamos assim, que aquilo que é público é nosso, pertence ao povo, pertence a todos nós, não é?! Mas ao mesmo tempo também, nós fazemos uma reflexão de que quando ocupamos um terreno privado, nós estamos colocando na ordem do dia a questão do acúmulo de riquezas, a especulação imobiliária... Então tem também esse discurso de denunciar essa pouca vergonha, não é isso?! Isso tanto vale para terrenos, como para edificações subutilizadas na cidade, né?! (Entrevista realizada com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (grifo nosso).

Outra importante constatação que nos surge é o cunho politizador das passeatas e protestos frente ao forte processo de “mercadificação” da cidade. Como se sabe, no âmbito do espaço urbano capitalista, a ação dos proprietários fundiários, assim como a dos promotores imobiliários possuem a capacidade de “mercadificar” a cidade, na medida em que imprimem um valor-de-troca em todos os territórios citadinos, inclusive naqueles de uso público que, muitas vezes, são sub-repticiamente repassados do poder público para a iniciativa privada. Nas passeatas e nos protestos, porém, esse processo é vigorosamente questionado, na medida em que há uma reafirmação do papel social, político e não mercadológico dos espaços públicos.

Junto a essa questão se soma a prática da resignificação dos espaços em que os sem-teto combatem certos valores, inaugurando novos significados em diferentes territórios citadinos. Os espaços públicos são mais uma vez reafirmados como lócus da atividade política. Dessa forma,

os sem-teto reiteram sua visão de cidade enquanto lugar da cidadania, da *polis*, sentido que sempre foi usurpado pelo próprio processo de produção capitalista do espaço.

Essa luta por moradia feita a partir das práticas espaciais possui resultados ainda mais profundos. Além da reafirmação da cidade enquanto lugar da política, uma outra consequência da luta dos sem-teto é, a nosso ver, a explícita instauração do conflito capital x trabalho sobre o espaço urbano.

Isso significa dizer que um dos resultados das práticas espaciais desempenhadas pelos sem-teto do MTST/PE é o estabelecimento mais contundente de uma luta de classes no interior do espaço urbano. E esse resultado se sucede por dois motivos interdependentes: primeiro por causa da permanência das desigualdades relativas ao padrão de habitabilidade no espaço urbano; e, segundo, devido ao que chamaremos aqui de “efeito de proletarização” ocasionado pela posse da moradia. Vamos por partes.

O primeiro motivo deriva do fato de que as oportunidades habitacionais destinadas aos sem-teto pelos governos são, em geral, extremamente parcas, destituídas de muitas amenidades e, muitas vezes, completamente desprovidas de serviços básicos, tais como água encanada e iluminação. Isso faz com que o padrão de habitabilidade usufruído pelos moradores nos conjuntos habitacionais pouco se diferenciem daquele que era desfrutado nas ocupações, o que, por sua vez, provoca a permanência das disparidades socioespaciais em relação ao restante da cidade, sobretudo em relação aos bairros mais infraestruturados.

Se antes as diferenças socioespaciais entre o território da ocupação e todo o espaço da cidade procuravam explicitar politicamente as desigualdades sociais urbanas. Desta vez elas indicam a inclusão precária que os sem-teto dispõem nos conjuntos habitacionais. Há, inclusive, ocasiões em que já se pode constatar uma espécie de segregação socioespacial, onde os conjuntos estão em vias de se tornar verdadeiros guetos encravados no espaço metropolitano.

Essa permanência dos baixos padrões de habitabilidade, como se sabe, é decorrente de políticas públicas de provimento da habitação popular muito mais preocupadas com a relação entre custo econômico e rentabilidade política do que com a relação entre os anseios populares e inclusão social. Ao invés de promover a cidadania, elas produzem espaços precários e, muitas vezes, segregados. Contudo, elas também servem para intensificar a luta de classes no espaço urbano, na medida em que realçam ainda mais a diferença entre os espaços dos ricos e os espaços dos pobres, das classes hegemônicas e das subalternas. Essa maior distinção entre esses diferentes espaços, por sua vez, gera tensões, revela desigualdades e, conseqüentemente, propicia o desenvolvimento de um conflito permanente entre os distintos segmentos sociais.

O segundo motivo que destacamos como propiciador de certa intensificação do conflito de classes no espaço urbano se trata do efeito de proletarização ocasionado pela posse da

moradia. Quando os sem-teto são assistidos por um programa de assistência ou quando eles conquistam suas próprias moradias por meio da atuação de algum programa habitacional, sua identidade não é apagada e a percepção de sua condição de subalternidade frente ao regime burguês passa a ser reinterpretada. Eles permanecem na luta por melhores condições de vida, mas as novas questões que vão surgindo começam a transcender o tema específico da moradia, sobretudo diante da inserção de novos temas e novas agendas de luta. Esses outros temas são, primeiramente, diretamente ligados ao problema habitacional, tal como a questão da acessibilidade, dos serviços públicos, dos equipamentos urbanos etc. Depois, as discussões e as ações coletivas tendem a evoluir para tratar questões de maior complexidade e que envolvem a condição social das famílias sem-teto, como as situações de trabalho, os níveis de renda e a qualidade dos serviços públicos de saúde e educação. Temas como exploração de classe passam a ser cada vez mais abordados entre os moradores de conjuntos habitacionais, e isso sempre vêm atrelado às discussões sobre os inúmeros tipos de opressão existentes ou intensificados pelo regime capitalista e pelas conservadoras manobras dos governos. Assim, depois que a moradia é conquistada, os sem-teto (agora moradores) passam a lutar por temas cada vez mais transversais, muitos dos quais manifestamente relacionados à luta de classe.

Em outras palavras, depois que o teto é conquistado, a luta desses indivíduos vai deixando de objetivar apenas a conquista da moradia (uma entre tantas condições de reprodução das classes oprimidas) e vai se aproximando, cada vez mais, da luta mais tradicional realizada pelo trabalhador frente aos ditames do modo de produção capitalista que além de expropriar os frutos de seu trabalho, impossibilita o gozo de uma vida autônoma em exercício pleno da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo movimento social só pode ser compreendido no horizonte da luta de classes. E quando se objetiva compreender as práticas de um movimento social urbano, por exemplo, é importante não ficar apenas em sua constatação, mas também saber quais são ou podem ser suas repercussões concretas no processo de transformação da realidade urbana.

Com dito, o nosso objeto de pesquisa, o MTST, surgiu entre os anos 1999 e 2000 e desde então tem realizado uma luta incessante pela democratização da cidade. Mesmo com os momentos de refluxo, quando o movimento perpassou por inegáveis períodos de apatia política

e total apoio aos governos⁷, ainda assim os seus integrantes não se abstiveram das lutas, buscando sempre as melhores condições de reprodução para as famílias sem-teto.

As práticas espaciais desempenhadas pelo MTST/PE sempre buscaram, primeiramente, conquistar melhores condições de vida para as famílias sem-teto mediante a construção de sua autonomia. Mas nesse mesmo percurso, essas práticas sempre transcenderam a esfera da reprodução, engendrando uma luta mais radical contra o modo hegemônico de produção do espaço. Dessa forma, os integrantes do MTST/PE não apenas territorializavam certos espaços, nem apenas ressignificavam outros espaços, muito menos se limitaram a construir redes socioespaciais, mas também promoveram um questionamento profundo da propriedade privada capitalista, dos discursos, regras, normas e instituições burguesas.

Mesmo com sérios problemas relativos ao forte estado de alienação ao qual se encontra uma grande quantidade de ocupantes sem-teto, ou ao mercado hiperprecário de moradias no interior das ocupações, ou mesmo a sujeição em relação ao Estado, o MTST/PE nunca se eximiu da tarefa de se reinventar, visando tão somente a melhoria das condições de vida das famílias sem-teto e a transformação da cidade.

Muito mais do que moradia, ou do que Reforma Urbana (em sua acepção tecnocrata), nossas entrevistas provaram que os sem-teto anseiam por autonomia. E essa autonomia não corresponde apenas aquela desencadeada por processos auto-gestionários de construção de moradias, mas se trata de uma autonomia de cunho essencialmente político. A grande maioria dos sem-teto buscam, em sua luta, tomar as rédeas de suas próprias vidas, agindo coletivamente em prol da construção e consolidação das liberdades individuais e coletivas.

Neste sentido, a conquista do teto ou da moradia significa apenas um primeiro passo. Ter acesso à uma moradia, seja qual for, é um pré-requisito para levantar a autoestima, para construir o auto apreço, bem como a capacidade de sonhar. O acesso à moradia, por outro lado, também é o marco inicial para a construção de lutas mais abrangentes, lutas essas que vão se aproximando cada vez mais da esfera da produção.

O sem-teto que passa a dispor de uma moradia não deixa de ser sem-teto, mas passa a ser também um trabalhador e, enquanto tal, tende a perceber que suas condições de vida são determinadas, antes de tudo, pelo regime de trabalho ao qual está submetido, seja formal ou informal. Em outras palavras, depois que a moradia é conquistada, as lutas dos sem-teto vão deixando de objetivar apenas suas condições de reprodução e se transformam, gradativamente,

⁷ Vale reiterar que o MTST/PE surgiu a partir de um quadro político formado por militantes do MST e do PT. Assim, quando João Paulo, candidato petista, assumiu a PCR, em 2001, o MTST/PE passou por um momento de refluxo, pois havia estabelecido uma relação de forte cumplicidade e pouca mobilização frente ao Estado.

em lutas mais transversais, lutas essas que buscam questionar as condições de trabalho, o provimento dos serviços públicos, as estratégias governamentais, fazendo frente às investidas do modo de produção capitalista e do Estado burguês.

Assim, é a partir da necessidade de se autodeterminar que as famílias sem-teto juntam-se ao corpo coletivo do movimento, integrando-se a ele, ocupando, protestando e resistindo. É a partir dessa mesma necessidade que os sem-teto perseveram na luta, não arrefecendo depois de conquistada as suas moradias. É a busca pela autonomia que impulsiona os trabalhadores à irem além de suas necessidades mais imediatas, produzindo lutas sociais mais abrangentes.

Essa busca pela autonomia, por fim, é o que marca toda a atuação do MTST/PE, justificando suas práticas espaciais. No nosso entender, os sem-teto ligados ao MTST/PE lutam por essas condições de existência de maneira implícita, sem demonstrar claramente nos seus discursos, no seu imaginário coletivo e na sua práxis. O MTST/PE, assim como muitos dos demais movimentos sociais urbanos contemporâneos são portadores de uma estratégia de ação política que, pelo menos no nosso entender, constitui-se em um novo caminho para o processo contínuo de construção de territórios autônomos, pois eles estão constantemente desenvolvendo práticas emancipatórias, com pouca ou nenhuma tutela político-partidária e apontando para a transformação estrutural da cidade e da sociedade capitalista, de um modo geral.

REFERÊNCIAS

- BITOUN, Jan. **Movimentos Sociais e a Cidade:** questões relevantes para a Geografia Urbana. In: Tânia Fischer. (Org.). Poder Local: Governo e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1993.
- BORJA, Jordi. **Movimientos Sociales Urbanos.** Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1972].
- CASTILHO, Cláudio J. M. **Movimentos Sociais Urbanos e Construção do Espaço Cidadão em Lugares Pobres do Recife/PE:** uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. Revista de Geografia, Recife: UFPE-DCG/NAPA, Nº 2, V. 19, 29-61, jul/dez, 2002.
- _____. **Possibilidades de Garantia do Direito à Moradia:** a experiência da Ocupação Josué de Castro – entre as dificuldades e a esperança da construção de um novo território! Revista de Geografia, Recife, Nº 1, V. 27, 58-81, 2010.
- CÉSAR, Maria do Céu. **As organizações Populares do Recife:** trajetórias e articulação política. Caderno de estudos sociais, Recife, v.1, n.2, p.161-182, jul./dez. 1985
- FALCÃO NETO, J. A.; SOUZA, M. A. A. **Mocambos do Recife:** o direito de morar. Ciência Hoje, Recife, Nº 18, V. 3, 74-80, 1985.
- FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999

- GALVÃO, A. **Marxismo e Movimentos Sociais.** In: GALVÃO, A. et al. **Capitalismo: crises e resistências.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006
- _____. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- LACLAU, Ernesto. **Sujeito da Política, Política do Sujeito.** Revista Política Hoje, Nº 07, V. 04, 09-28, Recife: UFPE, 1997.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAGALHÃES, I. **Introdução: a análise do discurso crítica.** Revista DELTA: documentação de estudos em linguística teórica e aplicada, São Paulo, v. 21, 01-09, 2005
- MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MOREIRA, C. G. **Processos de Ocupação Coletiva e Organizada de Imóveis Urbanos na Região Metropolitana do Recife:** permanências e mudanças de 1980 a 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2013. 147p.
- NICHOLLS, W. J. **The Geographies of Social Movements.** Geography Compass, Blackwell, v. 1, n. 3, p. 607-622, 2007.
- _____. **The Urban Question Revisited:** the importance of cities for social movements. International Journal of Urban and Regional Research, Blackwell, v. 32, n. 4, p. 841-859, 2008.
- OBSERVATÓRIO/PE. **Os Espaços de Pobreza da Região Metropolitana do Recife: Atualização do Sistema de Informações Geográficas e Análise da Desigualdade/Segregação Socioespacial.** Relatório de Pesquisa. Recife/PE, CNPq, 2012.
- PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais no Brasil:** uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 239p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Programa de Pós-graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Geograficidade do Social:** uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos e conflito e movimentos sociais na América Latina. Intergeo, v. 4, p. 05-12, 2006.
- _____. **A Reinvenção dos territórios:** a experiência latino americana e caribenha. In: Agripino Souza Coelho Neto; Edinusia Moreira Carneiro Santos; Onildo Araújo da Silva. (Org.). Geografias dos movimentos sociais. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 15-152
- RIBEIRO, A. C. T. **Movimentos Sociais Urbanos:** algumas reflexões. In: MOREIRA, Ruy (org.). Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Um diálogo interdisciplinar: espaço e movimentos sociais.** In: OLIVEIRA, Márcio Piñon et al. O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, pp.353-366.
- RODRIGUES, A. M. **Movimentos sociais urbanos e a questão da moradia.** Boletim de Geografia Teorético, Nº 21, V. 22, 173-6, Rio Claro: Unesp, 1992.
- SANTOS, O. A. A. **Movimentos Sociais Urbanos e Geografia:** algumas notas à compreensão da realidade do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST/PE). Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 01, n. 01, 32-61, 2012b
- SANTOS, O. A. A. **Cidade, Urbano e Movimentos:** sobre a formação do urbano e a ação dos grupos socioespaciais "excluídos" – um olhar sobre o Recife/PE.

Revista Geotemas, Pau dos Ferros, n. 3, v. 2, 61-72, 2012b.

_____. **Em Busca de Territórios Autônomos: as práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto na Região Metropolitana do Recife.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2013. 150p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais.** São Paulo: Ed.Unesp, 2004

_____. **A Prisão e a Ágora.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Ativismos Sociais e Espaço Urbano:** um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon *et al.* O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, pp.367-384.

_____. **O Território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a. 77-116.

_____. **Introdução:** A “Nova Geração” de Movimentos Sociais Urbanos - e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Revista Cidades, Presidente Prudente, N° 9, V. 6, 09-26, 2009b.

_____. **Práticas Espaciais Insurgentes em um Mundo Globalizado:** da “revolução

molecular” à política de escalas. Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico. Curitiba: Ademadam, 2009c.

_____; TEIXEIRA, E. T. **Fincando Bandeiras, Ressignificando o Espaço:** territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. Revista Cidades, Presidente Prudente, N° 9, V. 6, 29-66, 2009.

_____. **Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado:** os movimentos sociais e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. Revista Cidades, Presidente Prudente, N° 11, V. 7, 13-47, 2010a.

_____. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

_____. **A Cidade, a Palavra e o Poder:** práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, 147-166.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue:** política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

_____. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1994

_____. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1998.